

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Bandeiras do social. Uma reflexão inicial sobre as demandas sociais na atualidade.

Jeane KIch.

Cita:

Jeane KIch (2009). *Bandeiras do social. Uma reflexão inicial sobre as demandas sociais na atualidade. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1676>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/80m>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Bandeiras do social

Uma reflexão inicial sobre as demandas sociais na atualidade

JEANE KICH

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

I - Introdução

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente.

Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra.

Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente de nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto.

Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (Melucci, 2001, p.21).

As palavras um tanto romanceadas de Melucci retratam bem a realidade dos movimentos contemporâneos que, com seus discursos cativantes, mobilizam os atores que se articulam em movimentos ou organizações não-governamentais - ONGs, passando a ter maior garantia de participação na esfera pública, ampliando seus direitos de cidadania. As possibilidades de participação tornaram-se abrangentes e diversificadas, permitindo aos atores um amplo leque de

escolhas. Contudo, toda essa variedade de causas, muitas vezes, acaba por confundir as pessoas, quando perpassam de movimento a movimento, mobilizados pela mídia ou por interesses particulares, sem, no entanto, se encontrarem efetivamente motivados por uma ideologia ou sem a plena confirmação de que estão contribuindo para a redução dos problemas sociais.

Uma reflexão mais apurada sobre o significado desses novos movimentos e ONGs remete, por um lado, à análise do contexto histórico das iniciativas sociais, verificando o seu surgimento, suas transformações e inserção de diferentes atores que mudam e ainda contribuem para a alteração do cenário social. Por outro lado, fica implícita uma discussão mais complexa sobre as novas demandas da sociedade que surgem na contemporaneidade, trazendo com elas, novos atores sociais que tornaram-se seus agentes determinantes.

Desta maneira, destaca-se a necessidade de aprender sobre as novas relações sociais, sendo este o objetivo do presente estudo, que pretende apresentar, inicialmente, um recorte histórico que revele os antecedentes que contribuíram para o surgimento de tais iniciativas. Posteriormente, uma análise dos processos constitutivos destas novas bandeiras sociais será apresentada, buscando o entendimento acerca dos aspectos que fundamentam suas implantações. Touraine (2006), Melucci (2001) e Jovchelovitch (2000), que vem dedicando seus estudos e apresentando teorias sobre o tema proposto, fornecem os subsídios teóricos para o presente trabalho.

II - O que vem mudando nos movimentos sociais

O conceito de movimento social surgiu em 1840, com o objetivo de destacar o movimento dos operários na Europa, composto pela classe trabalhadora, sindicatos e até por partidos políticos dispostos a mudar as relações capitalistas de produção. No final dos anos 60, um dos grandes marcos históricos de intensas transformações políticas, culturais e comportamentais ocorreu, marcando significativamente a segunda metade do século 20, ficando conhecido como o evento de “Maio de 68”¹. Nele, novos atores emergiram, defendendo diferentes causas, como a defesa dos direitos das mulheres, do meio ambiente e da juventude. A partir de então, o movimento operário deixou de ser o personagem principal dessa história (DOIMO, 1994).

¹ O ano de 1968 é lembrado como um conjunto complexo de movimentos de mobilização e contestação social, época de rebeliões estudantis na França, da luta armada na América Latina, da guerra de libertação do Vietnã, da Contracultura na Europa e nos EUA, questionando os valores instituídos e pregando a expressão libertária. (CARNEIRO, 2008)

Touraine situa o final da década de 60 como o desgaste dos valores e dos atores das sociedades industriais calcadas no processo de industrialização e luta de classes, mas observa o “renascimento do social”, através da presença de novos atores em cena (Touraine, 1995). O autor passa a estudar os movimentos na Europa, denominando os sujeitos fomentadores dessas novas reivindicações de atores sociais. Esse ator é definido no interior de uma organização, sendo considerados seus valores, costumes e necessidades. Ele questiona a injustiça, a incompetência e a irracionalidade.

A partir dessa concepção, Touraine (1995), passa a delinear como princípios dos movimentos sociais:

Identidade: é a definição do autor por ele mesmo. Um movimento só pode se organizar se esta definição é consciente. A consciência de uma identidade faz parte da definição de uma classe ou de uma força social de classe, pois as classes só podem ser definidas em termos de relações sociais;

Oposição: um movimento só se organiza se ele pode identificar seu adversário, mas sua ação não pressupõe sua identificação. O conflito faz surgir o adversário, forma a consciência dos atores presentes;

Totalidade: sistema de ação histórica cujos adversários situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação.

(TOURAINÉ, 1995, p. 291, 292 e 293)

Percebe-se, portanto, que os sujeitos não são mais definidos de forma única, apenas como operários, possuidores de interesses e escolhas que transcendem a questão do trabalho. Além de se diversificarem, tais movimentos passaram a se inserir gradualmente nas instituições, partidos políticos, bem como junto a outras formas de identificação ética, cultural e inclusive religiosa. Segundo Krischke (2003), os conflitos atuais não são diretamente econômicos, mas a opressão/dominação cultural, que esses movimentos têm sabido manejar com flexibilidade, utilizando-se de ações estratégicas e de identidade, conquistando espaços e reconhecimento público na esfera político-institucional, mudanças de legislação e gestão acerca de problemas específicos.

Portanto, o campo cultural torna-se o *locus* onde se formam as principais contestações e lutas. Além de Krischke outros autores como Touraine, Melucci e Yúdice afirmam que um aspecto relevante dos novos movimentos sociais é a incorporação da cultura como fator de conflito:

Enquanto os antigos movimentos sociais, sobretudo o sindicalismo operário, se deterioram, seja em grupos de pressão política, seja em agências de defesa corporativa de setores da nova classe média assalariada, de preferência a categorias mais desfavorecidas, esses novos movimentos sociais, mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais. Não se trata mais de lutar pela direção de meios de produção e, sim, sobre as finalidades dessas produções culturais. (TOURAINÉ, 1995. p. 260).

Yúdice (2004) questiona a utilização da cultura, que passa a ser tratada como um recurso, como um pretexto para a melhoria sociopolítica e crescimento econômico. Prova disso é o surgimento de diversas organizações não-governamentais e financiamentos de projetos culturais por parte das empresas, através de incentivos fiscais governamentais, pautados no discurso do desenvolvimento local das comunidades. Assim, as comunidades passam a agenciar e negociar sua própria cultura como um recurso.

Nesse sentido, é notória a concorrência entre diferentes atores sociais que se qualificam na elaboração de projetos sociais e culturais e os adaptam de acordo com os editais apresentados pelos financiadores, desconsiderando aspectos históricos e identitários anteriormente abordados, passando a se tornar especialistas na captação de recursos. De acordo com Kruschke (2003), esses movimentos surgiram com maior intensidade nos Estados Unidos. Já no cenário europeu, os movimentos têm focado com mais amplitude a identidade dos atores e os valores universais, levando em conta os interesses da coletividade.

Gohn (1997) assinala que os movimentos sociais oriundos da tradição americana (Teoria de Mobilização de Recursos - TMR), rejeitam a ênfase dada aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, e a psicologia como forma de explicação das ações coletivas, enquadrando as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais e tem como base à teoria do utilitarismo. Já a tradição européia de movimentos sociais, (Teoria dos Novos Movimentos Sociais - TNMS), leva em conta três linhas básicas, a histórico-política de Claus Offe, a psicossocial de Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Touraine.

Considerando o Brasil, Gohn (1997) ressalta que os anos 80 têm como ponto de pauta, na agenda política, a temática da participação social, que denotam dois fenômenos, a crise de

governabilidade das estruturas de poder do Estado e a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais, culminando na conquista de espaços institucionais como interlocutores, tendo como referência a garantia de direitos instituídos em Lei, como na Constituição de 1988 que pode ser considerada o marco formal do processo de mudança, que contribui para a democracia política, valorizando a participação dos mais variados segmentos da população. Consagra os princípios gerais que vão presidir a reforma do sistema de proteção social.

Diante do exposto, que os movimentos sociais, surgidos nas últimas décadas, incorporam em suas pautas elementos como: respeito à individualidade e às identidades, garantia de participação na esfera pública e conquistas no campo da justiça social. Neste novo panorama, vários movimentos ideológicos e políticos ampliaram os direitos de cidadania. Novos pensamentos criaram concepções de alcance universal. O liberalismo trouxe a idéia dos direitos individuais e da consciência da liberdade como valor para a vida individual e social, mas com a democracia surgiu, além da igualdade de direitos políticos, entre eles a possibilidade de escolha direta dos governantes, também a participação coletiva na construção da cidadania política.

Seguindo esta reflexão, parece que houve avanços em direção a um cenário promissor, no qual a lógica racional individualista apresenta as respostas necessárias às demandas sociais emergentes. Contudo, por que, então, surgem tantas demandas sociais novas a cada dia? Dentre os problemas, quais realmente são prioritários, qual é a questão central? Quem tem o poder de demandar sobre ela?

III - Novas demandas, novas formas de institucionalização dos problemas sociais

Wanderley (2004, p. 172 e 175) afirma que a demanda central continua sendo a pobreza, contudo, salienta que vive-se uma crise que se caracteriza pelo “acirramento de contradições, conjunturas de rupturas fortes, desafios a serem enfrentados e momentos decisivos para agir, momentos para reformas estruturais ou revoluções”. Neste desdobramento, surge a crise social que “potencializa os conflitos e as tensões entre indivíduos, grupos, associações, instituições, movimentos e nações, suscitando rupturas de graus de amplitudes variáveis”. Para o autor, esta crise torna visível o aumento da pobreza, da degradação, das desigualdades e da injustiça.

Já Touraine (2006) afirma que o *Welfare State*, criado na Grã-Bretanha em 1943, não é mais a figura central na vida econômica, social e cultural. Ou seja, não é mais o Estado e, sim, o mercado que tem o papel principal na alocação de recursos, desembocando a globalização da economia. Para o autor, há uma mudança de paradigma, no qual a revolução tecnológica impulsionou a ruptura dos laços e o triunfo de um individualismo desorganizador que provocou a decadência e o desaparecimento do universo que chamamos de “social.” Para ele, a tendência é que ocorra a destruição de todas as categorias sociais como são conhecidas hoje, desde as classes e movimentos sociais até as instituições ou agências de socialização (famílias).

Uma das formas de contemplar essas demandas que o governo não consegue mais atender é através das Organizações Não Governamentais - ONGs que são conceituadas dessa forma a partir do final da segunda guerra mundial, devido à preocupação da sociedade civil com a negligência em relação aos direitos humanos. Também é notório que a partir da Eco 92, no Rio, evento em que vários países e organizações discutiam o futuro ambiental do planeta, intensificou-se, ainda mais, a importância e a viabilidade de diversificação do campo de atuação deste modelo de organização. Contudo, em nenhum outro momento da história, houve um crescimento tão acentuado de tais instituições como na modernidade atual. Muitos consideram este fato como uma das conseqüências da crise do *Welfare State*, acima citado, na qual o Estado perde a capacidade de manter a proteção aos economicamente desfavoráveis, de forma eficiente, passando a “terceirizar” tais serviços para as organizações não-governamentais especializadas nos atendimentos. (DRAIBE, WILNÊS, 2008)

Os governos também passaram a incentivar doações das empresas as ONGs, com proporcionais abatimentos fiscais, e criaram agências de cooperação, frutos de acordos bilaterais e multilaterais entre países, que possuíam o objetivo de patrocinar projetos sociais e ambientais. Nesta mesma linha, as empresas têm a possibilidade de destinar recursos, através de incentivos fiscais, para os projetos sociais e culturais que consideram importantes para o desenvolvimento da comunidade. Certamente, a possibilidade de participação das corporações nas demandas da sociedade representa um ganho em termos de democracia, entretanto, o governo repassa às empresas o poder de decisão sobre parte do recurso público e, estas, na maioria dos casos, sem possuir efetivas informações sobre as principais demandas locais, investe aleatoriamente, muitas vezes, em projetos que lhe proporcionam maior retorno de imagem.

Portanto, na sociedade atual, as demandas, antes definidas pelo governo ou pelos movimentos sociais baseados em problemas sociais percebidos pela coletividade, agora são delineados por atores individuais que, para concretizar seu cumprimento, tem procurado formas de se institucionalizar. Melucci (2001) alerta, ainda, para o fato de que os idealizadores dos novos

movimentos sociais ou ONGs não são os marginalizados, mas, sim, as lideranças com experiência de participação anterior, pessoas que conhecem os procedimentos e métodos de luta, sabem como e onde captar recursos e fazem parte de redes já existentes. Assim, surgem ONGs de diferentes tamanhos, abrangências, defendendo as mais diferentes bandeiras: direitos das mulheres, dos portadores de deficiências, dos soropositivos, dos homossexuais, das crianças, dos idosos, dos animais, dos portadores de doenças específicas etc.

Não se pretende julgar a atuação de tais organizações que, certamente, são fomentadoras da participação dos cidadãos na discussão dos problemas da sociedade, concebendo políticas públicas, mas, sim, entender tal fenômeno que contém no seu interior realidades heterogêneas, dificilmente unificáveis sob uma única categoria. Melucci (2001) afirma que é a forma de participação dos atores que se altera, pois se articulam de acordo com as demandas por eles apontadas, tornando-as visíveis ou coletivas. A totalidade passa a ser pautada no discurso da diversidade. Para tais movimentos ou organizações, a identidade também muda e passa a ser produto de trocas, decisões e conflitos entre os atores. Quanto às percepções históricas, estas acabam não sendo relevantes, uma vez que as ações sociais surgem em torno de demandas específicas.

Vale ilustrar os apontamentos de Melucci através de um exemplo ocorrido no Município de Canoas/RS, em 2006. Naquela época, várias pessoas se mobilizaram e constituíram um movimento que buscava, em um prazo de 6 meses, um doador de medula óssea compatível para um menino de dois anos e quatro meses de idade que sofria de leucemia. O movimento recebeu o apoio de toda a imprensa local e até estadual, que utilizou a imagem da criança para estimular pessoas de todos os lugares do estado a realizarem o teste de compatibilidade. A campanha revelou que, com a simples atitude de realizar o teste, disponibilizando-se para a doação, várias vidas podem ser salvas. Desta forma, foram realizadas várias passeatas para incentivar, também, que as autoridades criassem políticas públicas em prol dos que necessitam da doação de medula no Brasil, que, segundo os organizadores do movimento, somam cerca de 1.000 pessoas.

Além do apoio da imprensa, o movimento conseguiu recursos para a confecção de camisetas e adesivos, com o intuito de estimular a população a defender essa bandeira. Certamente não se questiona a legitimidade do problema, afinal, a vida de um menino, que poderia ser salvo através da solidariedade das outras pessoas, estava em risco. No entanto, o que impressionou, na campanha, foi a capacidade de articulação dos coordenadores e o comprometimento da população com a causa que parecia ser o maior problema social do município, no período. A sociedade civil e o poder público não mediram esforços para apoiar o movimento, que, infelizmente, ficou enfraquecido com a morte da criança, mesmo tendo sido encontrados dois doadores, um do Rio de

Janeiro e outro, inclusive, dos Estados Unidos. Após toda a articulação, os coordenadores do movimento ainda realizaram algumas tentativas no sentido de mobilizar as pessoas a doarem sangue, fazerem o teste da medula ou serem doadores de órgãos, mas não foram bem sucedidos, dando por encerradas as atividades do grupo².

Neste sentido, fica evidente a colocação de Melucci de que os atores se articulam de acordo com as demandas específicas por eles apontadas como importantes. O que impressiona, neste caso, é o poder de articulação para uma causa que não representava um problema social tão relevante até o surgimento da doença no menino. Em grande parte dos casos, em comparação com outras doenças, o número de pessoas que necessitam de transplante de medula em todo o país, cerca de 1000 pessoas, passa a ser irrisório, se confrontado, por exemplo, com o número de caso da *AIDS/SIDA*, que encontra-se em torno de 474.273, sendo 1.028 só município de Canoas³. Contudo, o movimento de prevenção e apoio aos portadores de HIV nunca tiveram tamanha visibilidade e importância na cidade.

Assim, percebe-se a importância atribuída a determinado objetivo que passa a se tornar público. Como ressalta Jovchelovitch (2000, p. 46), “o que determina se um objetivo vem a ser público ou permanece privado não é o objetivo em si, mas a forma específica como ele circula em sociedade e o lugar onde atores sociais, em um contexto sócio-histórico preciso, decidem aloca-lo”. Esta percepção da passagem de demandas entre esferas públicas e privadas facilita o entendimento sobre a dinâmica das representações sociais, que são sempre móveis, versáteis e estão continuamente mudando, de acordo com a representação de uma causa, ou seja, elas ocupam o lugar de alguma coisa, re-apresentam algo, re-constroem a realidade, de uma forma autônoma e criativa. Jovchelovitch (2000, p. 41) enfatiza ainda que as representações sociais se apresentam, por excelência, como “espaço do sujeito social, lutando para dar sentido, interpretar e construir o mundo em que ele se encontra. (...) elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que não existe, mas poderia existir”.

As argumentações de Jovchelovitch (2000) ainda ajudam a entender a diversidade de problemas sociais que se apresentam e que, de acordo com a importância de sua representação, são negociados coletivamente ou não. Neste panorama, a mídia possui um alto poder de influência como formadora de opinião. Melucci (2001) enfatiza que os profissionais da comunicação contribuem para a formação do discurso político e, por diversas vezes, tornam a comunidade refém da realidade que apresenta. Assim como argumentam os estudiosos da sociedade de

² Dados obtidos com os coordenadores do movimento no site www.flogao.com.br/ajudeokauan

³ Dados obtidos no site <http://www.aids.gov.br/data>

consumo⁴, que atribuem, em grande parte, à mídia, a influência sobre o consumo desenfreado, a mesma também exerce seu poder sobre os movimentos sociais. Os meios de comunicação em massa tendem a apresentar os movimentos sociais ou ONGs que lhe parecem mais adequados e convenientes, provocando, inclusive, o poder público para que adote essas causas, favorecendo-os em relação a outras iniciativas que não conseguem a mesma oportunidade de expressão e credibilidade junto à população.

Neste sentido, uma demanda apresentada pela comunidade de Canoas que se tornou objeto de política pública governamental, a partir do apoio dos meios de comunicação, pode exemplificar tal influência. Trata-se de uma iniciativa idealizada por uma entidade de classe empresarial que tinha como objetivo principal envolver os seus lojistas associados em uma campanha natalina. A entidade apontou, como problema, que as crianças carentes do município não recebiam brinquedos no natal, fato que as deixava infelizes neste período. Deste modo, passou a mobilizar seus associados e a comunidade a doarem brinquedos, instituindo um projeto social.

Para dar visibilidade e sensibilizar as pessoas, desde 2005, um ônibus tocando um *jingle* natalino e adesivado com imagens de crianças com o Papai Noel, circula pela cidade nos meses de novembro e dezembro para arrecadar brinquedos. Por sua vez, o jornal local sempre divulgou o roteiro do ônibus para facilitar a doação, evidenciando o papel central que a mídia possui na iniciativa. Em sua quarta edição, o projeto ampliou o número de crianças atendidas, chegando a 7.700 em 2008. Todas são indicadas pelas ONGs locais com as quais a associação empresarial possui parceria. O projeto, desde seu início, contou com o apoio do poder público, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que liberou recursos para que esta entidade de classe possa exercer o principal papel na promoção do comércio local. Este recurso público fora destinado, então, às despesas do projeto social, como forma de envolver a comunidade para atender a uma demanda social e, ao mesmo tempo, econômica.

Desta forma, incorporada às demandas do mercado, a falta de presentes para as crianças carentes no natal passou a ser uma demanda social no município, determinando uma política pública governamental, tornando um projeto importante para a comunidade que, a cada ano, doa os brinquedos para a causa. Os idealizadores do projeto possuem como meta o aumento do número de crianças carentes beneficiadas a cada edição.

Este caso, mais uma vez, evidencia as idéias apresentadas pelos autores acima, enfatizando o apoio da mídia na escolha e priorização dos problemas sociais. A capacidade de

⁴ Jean Baudrillard, (1995); Gilles Lipovetsky, (1983)

gerar informações e torná-las públicas passou a ser uma grande estratégia para as organizações e movimentos sociais que lutam para manterem seus temas na pauta pública. Outro aspecto é a capacidade de mobilização que algumas iniciativas detêm, no sentido de sensibilizar a comunidade, como no exemplo citado, através do apelo público para que se consiga fazer uma criança sorrir no natal, comovendo as pessoas, estimulando-as a apoiarem a causa.

Definido por empresários, este projeto enfatiza a comunicação como ferramenta estratégica para atender a uma questão social e econômica, conseguindo, sem sombra de dúvida, mobilizar a comunidade e articular diferentes setores e atores. Contudo, acerca da legitimidade da causa, a busca pela efetiva resolução do problema não parece ser preocupação de seus idealizadores, pois transmitem a sensação de que ficarão contentes com o surgimento de mais crianças carentes necessitando serem atendidas pela iniciativa.

Naturalmente, a possibilidade de escolhas acaba tornando a sociedade complexa. Para Melucci (2001), a ação individual assume uma dimensão eletiva porque aos indivíduos é atribuída uma possibilidade crescente de controlar e definir as condições da própria existência. Por outro lado, trata-se de um exercício de cidadania, uma vez que os atores sociais, dentro de um amplo leque de escolhas, têm a oportunidade de demandar sobre as políticas públicas, seja através de fóruns, orçamentos participativos ou conselhos. E, desta forma, são escolhidas causas e criadas diferentes formas para superá-las, sobretudo, envolvendo a coletividade e outros agentes institucionais. Contudo, também surge o desafio de interpretar corretamente a realidade, composta por diversas percepções que, se articuladas de maneira lógica e reflexiva, podem apresentar caminhos alternativos e coerentes com a justiça e a ética humana, evidenciando propostas para o efetivo desenvolvimento.

IV - Considerações finais: um cardápio de escolhas

Este artigo buscou analisar, a partir das fundamentações teóricas, as origens dos movimentos sociais e suas diferentes transformações. Tais iniciativas foram conceituadas em 1940, para exemplificar uma determinada classe de trabalhadores que buscava obter direitos, face à exploração do trabalho. Posteriormente, no final da década de 60, o conceito que os abrangia fora significativamente ampliado, a partir do evento popular denominado de “Maio de 68”, quando distintos atores como as mulheres, jovens, ambientalistas, entre outros, integraram tais movimentos para a defesa de diferentes bandeiras. Neste período, Touraine (1995) apresenta as principais características: identidade, oposição e totalidade.

Neste cenário, a cultura passou a ser um objeto de negociação e é utilizada como recurso pautado no discurso do desenvolvimento das comunidades. No mesmo contexto, percebe-se o aumento do número de ONGs, atuando tanto no campo de defesa de diversos grupos minoritários, como na redefinição do eixo programático de novas políticas públicas, assumindo, por diversas vezes, o papel do Estado, deixa de ser a figura central da vida econômica, social e cultural da contemporaneidade.

No entanto, no atual período, surpreendentemente, é a diversidade de escolhas apresentadas aos cidadãos. O conceito de cidadania e de participação, hoje, engloba um horizonte de alternativas, nas quais o indivíduo nomeia as causas que deseja apoiar, visando anular ou minimizar seus efeitos. Sob o enfoque racional e extremista, as demandas tornaram-se um tipo de mercadoria, possibilitando aos atores a escolha dos “produtos” que consideram mais atrativos e que possuem maior visibilidade ou emocionam mais. Assim, o cidadão individual, muitas vezes influenciado pela mídia, tem a liberdade de optar pela bandeira que considera mais importante, sendo que também tem a possibilidade de abandoná-la a qualquer momento, sem o efetivo comprometimento e responsabilidade sob suas ações. Pastorini (1997) assinala para o fato de que não se busca combater a causa das desigualdades e da pobreza e sim os efeitos gerados pela sociedade. Assim, acaba ocorrendo uma negociação do atendimento das desigualdades que podem torná-las públicas ou não.

Ao mesmo tempo, os novos movimentos parecem não assimilar uma identidade histórica e, de acordo com a situação, realizam alianças estratégicas para que atinjam seus variados propósitos. Utilizam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor. Articulam-se em redes para alcançarem objetivos comuns. Contudo, o maior problema parece estar no fato de não haver um projeto único, fruto de uma construção coletiva, oriundo de um amplo debate nos fóruns competentes e instituídos pela sociedade para a definição de políticas públicas.

Desta forma, meritório constitui-se o aspecto participativo que os movimentos invocam na sociedade atual. Seu caráter questionador vislumbra os problemas e tenta apontar caminhos que favoreçam as comunidades. Articulam atores e sensibilizam a opinião pública para o enfrentamento de suas questões. No entanto, em muitos casos, emergem dúvidas quanto à legitimidade dos problemas e entendimento da verdadeira realidade percebida pelos seus atores que, em variados momentos, por transitarem por diversos papéis sociais, muitas vezes possuem diferentes aspirações e interesses totalmente desconexos com o bem estar coletivo. Assim, é notório que o amadurecimento de tais organizações ou movimentos que defendem certas bandeiras está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento da democracia, pois os indivíduos ainda estão

aprendendo a negociar diferentes interesses, confrontar distintas visões e, de certa forma, a partir das idéias individualistas, construir propostas coletivas que visem o bem estar social.

Referências Bibliográficas:

- CARNEIRO, Henrique, Maio de 68: Henrique Carneiro. Disponível em <http://recantodasletras.uol.com.br/entrevistas/998847> acesso em 01/10/2008
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular* – movimentos sociais e participação política pós-70. Rio de Janeiro: RelumeDumará: ANPOCS, 1994.
- DRAIBE, Sônia; WILNÊS Henrique. "Welfare State", Crise e Gestão da Crise: Um Balanço da Literatura Internacional, disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes, acesso em 10/12/2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais* – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições LOYOLA, 1997.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 232 p.
- KRISCHKE, Paulo. *Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudanças Culturais*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PASTORINI, Alejandra. *Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "Concessão – conquista"*. Revista Serviço Social e Sociedade, v. 18, n. 53, 1997.
- TOURAINE, Alain. *Critica da Modernidade*. Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura; usos da cultura na era global*. BH: Editora UFMG, 2006.
- WANDERLEY, Luis. E.W. O enigma do social, In: CASTELLS, Robert; WANDERLEY, Luis. E.W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. *Desigualdade e a questão social*. .ed. São Paulo: EDUCS, 2004.